

Senadores extinguem representação no Rio

ESTADO DE SÃO PAULO

17 JAN 1997

*Fim do Senadinho
obrigará servidores a
optar por desligamento ou
mudança para Brasília*

BRASÍLIA — Projeto de resolução aprovado ontem pelos senadores, em votação simbólica, extingue oficialmente a representação do Senado no Rio, o chamado Senadinho, onde ainda permanecem 48 servidores praticamente sem atividade. A folha de pagamento é de cerca de R\$ 200 mil.

A extinção do Senadinho está sendo examinada desde o início da gestão do presidente José Sarney no Congresso, mas o lobby de alguns senadores, como Benedita Silva (PT-RJ) e Arthur da Távola (PSDB-RJ), conseguiu atrasar a medida.

Benedita pediu ontem o apoio

dos colegas para aprovar um destaque que assegura o funcionamento do Senadinho por mais algum tempo. Da forma que está, a extinção será imediata e os servidores terão de se deslocar para Brasília ou se desligar.

O projeto de resolução abrange um pacote de medidas que afeta todo o Senado. Foi aprovado em regime de urgência, sob o protesto da maioria dos senadores, que desconhece as mudanças apro-

vadas pela comissão de modernização da Casa. A votação das emendas e destaques foi adiada para terça-feira.

A extinção do Senadinho foi decidida em sessão secreta do

Senado em 29 de março de 1995, mas o órgão continuou funcionando no prédio anexo ao Palácio Itamaraty, no centro do Rio. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) foi o autor do projeto, mas a discussão sobre o fim

da repartição vinha desde 1960, quando o Congresso mudou-se para Brasília.

No ano em que foi decidida a extinção, o Senadinho tinha 65 funcionários, 22 linhas telefônicas, 17 automóveis —

5 oficiais — e ocupava 15 salas. Toda a estrutura atendia os parlamentares de passagem pelo Rio e senadores fluminenses, como Arthur da Távola (PSDB), que manteve gabinete no local.

17 JAN 1997

BENEDITA

PEDE APOIO

PARA ADIAR

DECISÃO